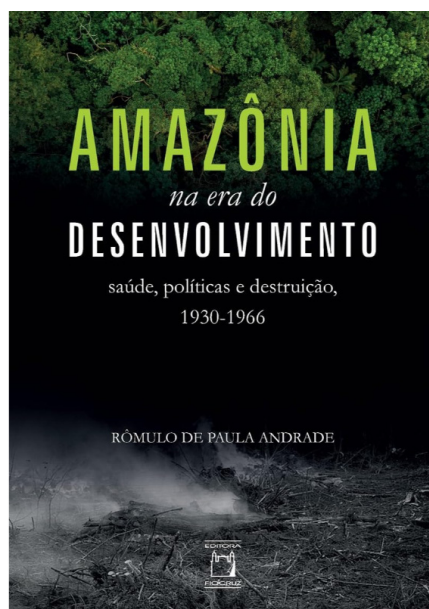


Amazônia na Era do Desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966), de Rômulo de Paula Andrade (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024)

Ramon Felipe Souza | Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz^{1*}

ramon.felipe@live.com

<https://orcid.org/0000-0001-7566-6323>



A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e um dos principais biomas do Brasil. Sem dúvida, é tema incontornável nos debates sobre desenvolvimento e futuro do planeta. O desenvolvimento, por sua vez, pode ser entendido como processo histórico situado no século XX, que tornou o modelo capitalista de produção do Norte Global² (Estados Unidos e Europa) um padrão a ser seguido pelos países do mundo. No entanto, esse modelo tem se mostrado incompatível com o equilíbrio sustentável do planeta. O binômio Amazônia e desenvolvimento é o destaque no título do livro *Amazônia na Era do Desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966)*, de Rômulo de Paula Andrade, que apresenta e analisa qual o lugar da floresta no projeto de desenvolvimento brasileiro do século XX.

A Amazônia tem sido tema das reflexões e análises de Andrade há pouco mais de duas décadas. Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz, Rio de Janeiro) e professor na educação básica, o autor articulou fontes históricas de diferentes tipologias, desde documentação oficial, médica, poemas e documentários (filmes) com um argumento que contempla diversas escalas, entre o local, regional e global. Trata-se, portanto, de uma leitura fundamental e que pode interessar a todo tipo de leitor: estudantes, profissionais da saúde, ativistas, outros pesquisadores e o público geral.

Dispostos em ordem cronológica, os sete capítulos da obra ajudam a romper com mitos e estereótipos antigos sobre a floresta amazônica – como o de que a região é um “grande vazio”.

1 * Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj (Processo SEI-260003/008582/2024) no PPGHCS/COC/Fiocruz.

2 O termo se refere a países altamente industrializados e que mantiveram relação de dominação e colonialidade com outras regiões (Santos, 2019). Portanto, necessariamente, tem um uso mais simbólico do que geográfico.

Andrade demonstra como múltiplos atores, humanos e mais que humanos,³ em complexas interações, moldaram as representações sobre a Amazônia ao longo do século XX. Assim, aparecem na narrativa do autor as árvores gigantes, os rios, os insetos, os seringais, os hábitos das populações nativas, a movimentação das levas de migrantes nordestinos em busca de trabalho na região amazônica, cientistas e técnicos de órgãos governamentais. Os capítulos estão divididos em subtópicos – esse aspecto facilita a compreensão de um contexto dinâmico e marcado por diferentes interesses.

A obra se inicia com uma breve apresentação, “Amazônias”, na qual o autor delineia seu argumento principal: que diferentes interpretações sobre a região engendraram discursos de políticos entre 1930 e 1966, em contexto de busca pelo desenvolvimento. Esse período se inicia com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e vai até os dois primeiros anos do regime militar, passando por presidentes como Eurico Gaspar Dutra, um outro mandato de Vargas e os presidentes Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco. Para guiar o leitor nesse complexo e dinâmico período, marcado por ditaduras e uma curta experiência democrática no país, o autor recorre à análise das políticas de saúde para a região amazônica. Esse é um dos méritos da obra, diversificar as formas de contar a história brasileira, desde a Amazônia, em uma perspectiva que apresenta e inscreve a região no bojo da história nacional. Outra contribuição refere-se ao debate focado em saúde, que aprofunda a compreensão de um período analisado majoritariamente sob a perspectiva político-econômica do desenvolvimento.

O primeiro capítulo, “Localidades em que se nasce, se morre, mas não se vive: ideias de saúde e saneamento para a Amazônia, 1930 e 1941”, demonstra como a nova situação política do país, inaugurada com o golpe de 1930, favoreceu uma participação mais expressiva dos estados nortistas, especificamente: Amazonas, Pará e território do Acre.⁴ Atores locais desses territórios acusavam certo isolamento regional, em detrimento de outras áreas do país. Em seus discursos destacavam-se aspectos como a falta de comunicação e a assolação por doenças como lepra e malária. Foi nessa conjuntura que, após a Revolução de 1930, se intensificou a atenção do governo federal para a região. Em 1933, Vargas viajou para visitar os estados do Norte e em sua propaganda política apresentou uma visão instituída sobre a Amazônia como um espaço que colocava em disputa a humanidade e a natureza. Foi nesse mesmo período também que se inaugurou no Brasil uma agenda estatal voltada para a busca do desenvolvimento.

Com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945), em novembro de 1937, diversas áreas, como a saúde pública, tornaram-se maior foco das intervenções estatais. A perspectiva era reescrever a história do país, em um processo que envolveu diversos atores, entre eles cientistas, técnicos de agências públicas, jornalistas, entre outros. Na região amazônica, esse contexto ficou cada vez mais evidente com o lançamento da “Marcha para o Oeste”, em 1938.⁵

3 Abram (1997) acusa um abismo conceitual entre a humanidade e o restante da natureza animada, como se a cultura humana não fosse inteiramente parte desta biosfera viva. O autor sugere a frase “mais que humano” para articular a relação real entre nossa espécie e as inúmeras outras formas de sensibilidade e consciência com as quais nossas vidas estão emaranhadas.

4 De acordo com Andrade, apenas em 1943, quando os territórios do Guaporé, Amapá e Rio Branco foram criados, por meio do decreto-lei n. 5.812, novos estados se incorporaram à extensão total da região (Andrade, 2024, p. 51).

5 A “Marcha para o Oeste” foi uma política promovida pelo governo Vargas, cujo objetivo inicial era a ocupação, integração e o desenvolvimento econômico, especialmente das regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Os capítulos dois e três focaram na atuação de cientistas como figuras centrais nos projetos de intervenção sanitária e desenvolvimento na região. O segundo capítulo, “Evandro Chagas e as instituições científicas de saúde e saneamento na Amazônia (1934-1942)”, destaca a trajetória desse sanitarista, então diretor do Serviço de Estudo de Grandes Endemias (Sege) do Instituto Oswaldo Cruz. Esse órgão assumiu papel estratégico no controle de doenças (especialmente a malária) e também se destacou por oferecer assistência aos trabalhadores que chegavam à região, em grande parte oriundos do Nordeste, atraídos pela possibilidade de trabalho oferecido pela extração da borracha no contexto bélico da Segunda Guerra Mundial (1937-1945). Evandro Chagas teve a vida tragicamente interrompida por um acidente, mas deixou um legado na saúde pública que foi decisivo na criação de instituições voltadas ao saneamento regional. Andrade indica, por exemplo, que sob sua liderança foram aplicados inquéritos que, em poucos meses, resultaram na produção de vinte mil fichas de pacientes, abrangendo 48 cidades do vale amazônico.

O terceiro capítulo, “Fred L. Soper, João de Barros Barreto e o Serviço Especial de Saúde Pública: contextos em movimento (1942-1945)”, também centra a narrativa em cientistas e gestores da saúde pública, abordando o surgimento e a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), criado por meio de um convênio bilateral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos.⁶ Com foco em ações de saúde e saneamento na região amazônica, identificada como estratégica para a extração do látex, o Sesp teve como um de seus líderes Fred L. Soper, que presidia no Rio de Janeiro a International Health Division, órgão ligado à Fundação Rockefeller. O capítulo destaca também as ações do médico sanitarista Barros Barreto, apresentado como um agente que buscava estruturar uma política nacional de saúde pública, alinhada à lógica centralizadora do Estado Novo.

É interessante observar que, em ambos os capítulos, o autor mantém a atenção crítica aos discursos que promoviam visões pré-estabelecidas da Amazônia segundo as quais suas características biofísicas, o quadro nosológico e os aspectos sanitários nas áreas povoadas constituíram um entrave ao desenvolvimento. O autor não perde de vista também as reações e articulações das elites locais que tinham em seu repertório imagens sobre a região e que as mobilizavam de acordo com seus interesses, por vezes apoiando, por vezes resistindo aos projetos de saúde e saneamento. As principais contribuições desses capítulos são o destaque ao papel da saúde como ferramenta para ocupação e transformação da Amazônia, isto é, para a reescrita da história regional, contemplando também os conflitos e tensões inerentes a esse processo.

No quarto capítulo, a questão do desenvolvimento começa a se tornar mais evidente no argumento do autor. Em “A Amazônia das décadas de 1940 e 1950: desenvolvimento,

Segundo Andrade, essa política representa uma manifestação do imperialismo interno brasileiro, claramente associada a uma “corrida do ouro”, ou seja, à busca por recursos naturais estratégicos que pudessem impulsionar a industrialização e o enriquecimento do país (Andrade, 2024, p. 53-54).

- 6 Segundo Campos (2006, p. 28-29), na década de 1940, ainda nos bastidores do conflito mundial, os Estados Unidos estabeleceram convênios bilaterais com 18 repúblicas latino-americanas para a condução de programas de saúde, nutrição e saneamento em áreas onde eram instaladas bases militares norte-americanas em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas para a indústria bélica daquele país. Na esteira desse processo, no Brasil ocorreu a criação do Sesp, que inicialmente restringiu a sua atuação em diferentes áreas do país, com destaques à política sanitária exercida na Amazônia, visando o controle de doenças por conta das migrações para o esforço de guerra na colheita da borracha, e em regiões mineradoras de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce e nas regiões produtoras da mica.

valorização econômica e narrativas”, Andrade apresenta como a Doutrina Truman,⁷ estabelecida nos Estados Unidos, se tornou o eixo de um modelo a ser seguido por outros países, promovendo um rearranjo da colonialidade ao relegar certas regiões ao *status* de “Terceiro Mundo”.⁸ Uma das principais contribuições do capítulo é destacar o desenvolvimento como discurso historicamente situado e em constante transformação. Andrade desvela as “múltiplas faces” do desenvolvimento, abordando críticas, respostas e contribuições de autores ligados à perspectiva pós-desenvolvimentista (*post-developmentists*). Em seguida, o autor retoma a relação entre saúde e desenvolvimento – que conduz toda a obra, para demonstrar como a Amazônia foi incorporada às narrativas e processos que buscavam entrar na “era do desenvolvimento”.

O recorte temporal do quarto capítulo é marcado pela transição entre o fim da ditadura de Vargas e o início da nova ordem democrática, a partir de 1945. Esse período, como bem demonstra o autor, foi caracterizado por um forte otimismo científico e pelo contexto geopolítico da Guerra Fria. Nesse cenário, a busca pelo desenvolvimento passou a estar cada vez mais vinculada não apenas a discursos, mas à sua materialização por meio da criação de agências e práticas voltadas ao planejamento e ao aperfeiçoamento técnico. Assim, tornaram-se cada vez mais comuns termos como recuperação, valorização e planejamento. Foi nessa conjuntura que, pioneiramente, a região amazônica assistiu à criação da Comissão do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1946), que mais tarde serviria de inspiração para outras iniciativas semelhantes, como a Comissão do Vale do São Francisco (1948) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, 1959).

O quinto capítulo, “A civilização da mandioca sob os cuidados da nutrição: escritos sobre alimentação na Amazônia”, discute como a alimentação também compôs as estratégias estatais voltadas para o desenvolvimento da região amazônica. O autor analisou estudos como os do pernambucano Josué de Castro e do paraense Dante Costa, que problematizaram a fome na Amazônia e, simultaneamente, atraíram a atenção de agências nacionais e internacionais, como a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para temas como alimentação, nutrição e subnutrição. O destaque do capítulo é evidenciar as interações entre agências e atores transnacionais, bem como as simetrias e assimetrias entre os envolvidos no processo de conformação da saúde pública. Outro ponto relevante é o debate sobre a situação alimentar na Amazônia, com foco no cultivo e consumo da mandioca, o que permite ao autor nos apresentar aspectos significativos dos hábitos alimentares locais.

O sexto capítulo, “Ideias amplas, ações pontuais: agências internacionais e programas de saúde na valorização econômica da Amazônia”, discute mais uma faceta das soluções pensadas para o desenvolvimento regional: o primeiro plano quinquenal (1955) da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Andrade recupera a maneira como esse órgão se relacionou com agências internacionais como Sesp, FAO e Unicef destacando as interações e negociações envolvidas. Para o autor, tanto no processo de institucionalização da nutrição

7 A Doutrina Truman, anunciada pelo presidente Harry S. Truman em 1947, marcou o início formal da Guerra Fria. Ela consistiu em uma política externa dos Estados Unidos voltada para conter a expansão do comunismo no mundo, ao mesmo tempo, em que buscava ampliar a influência política e econômica dos EUA, oferecendo apoio financeiro e militar a nações consideradas estratégicas, particularmente, na Europa.

8 Para Acosta (2015, p. 302), desde os Estados Unidos o desenvolvimento foi fortemente projetado para o resto do mundo, sendo observados diversos tipos de esforços para alcançá-lo.

quanto da medicina tropical, tornava-se cada vez mais evidente o predomínio de concepções verticais de saúde pública como a simples distribuição de alimentos (por exemplo, leite em pó) e medicamentos (como o sal cloroquinado para malária), sem levar em conta os aspectos culturais e sociais das populações locais. Havia implicações diretas nessa negligência, como a recusa de populares em aceitar o material distribuído.

O último capítulo, “E a selva foi conquistada...: natureza e progresso na construção da rodovia Belém-Brasília”, aborda a materialização do “aparato de desenvolvimento”⁹ ao destacar a criação da BR-14. Essa rodovia foi autorizada pelo Congresso Nacional em 1958, no contexto da construção de Brasília, que era a meta-síntese do Plano de Metas elaborado pelo presidente Juscelino Kubitschek.¹⁰ A estrada resolveria a questão do isolamento da região e representaria a vitória efetiva da humanidade sobre a natureza. Nesse capítulo, são retomadas representações da região previamente analisadas na obra, como a da Amazônia como espaço biofísico hostil e como vazio demográfico, agora reinterpretadas sob a égide do desenvolvimento. Se a rodovia avançou e “conquistou a natureza”, por outro lado, tornou-se uma via cara e marcada por dificuldades, como períodos de obras descontinuadas devido às características do meio biofísico. Esse é um dos capítulos em que a floresta se faz mais presente, com suas árvores, rios e topografia desafiando o projeto de integração nacional do governo Kubitschek – um objetivo central da agenda desenvolvimentista da época.

No capítulo se discute ainda como outros elementos da história nacional também foram recuperados pela propaganda oficial do período para justificar a rodovia e seu avanço pela floresta, como o bandeirantismo e a ideia de vitória sobre a natureza. A retórica da “Marcha para o Oeste”, do primeiro governo Vargas, foi reelaborada com Juscelino Kubitschek. Mas, como o capítulo destaca, também existiram vozes dissonantes em relação à materialização do desenvolvimento a partir da construção da imponente rodovia. Conforme Andrade, diversos atores chamaram atenção para as consequências da estrada para a região amazônica, como a grilagem de terras e a maior invasão a territórios indígenas, os novos latifúndios e a destruição da floresta.

O autor, com grande acerto, escolheu como título-indagação para as considerações finais: “A Amazônia vai ressurgir?” Nessa seção, Andrade retoma um de seus principais argumentos: o de que entre rupturas e continuidades, representações diversas da Amazônia compuseram um repertório de possibilidades que interessaram aos governos federais e serviram como base para projetos de desenvolvimento na região. Os debates que envolveram saúde e ciência, usados pelo autor como lentes para nos apresentar “a epopeia da Amazônia na Era do Desenvolvimento”, já tornam o livro relevante por si só. Mas o autor avança ao contar a história do Brasil, do desenvolvimento no Brasil, desde a Amazônia. A indagação da última seção da obra: “A Amazônia vai ressurgir?” é pertinente especialmente ao levarmos em conta os desafios contemporâneos

9 Segundo Escobar (2007), à medida que as ideias de desenvolvimento se convertiam em planos concretos de ação estabeleceu-se uma série de saberes e normas, bem como formas de intervenção no mundo, que acabaram gerando os chamados “aparatos de desenvolvimento”, responsáveis pela produção de novos arranjos de conhecimento e poder, novas práticas, teorias e estratégias que passaram a pautar as relações entre os países centrais e os ditos periféricos.

10 Constituído por 31 metas, organizadas em cinco grandes setores – Energia, Transporte, Alimentação, Indústria de Base e Educação –, o Plano de Metas foi o principal programa de governo de Juscelino Kubitschek, cujo lema era “Cinquenta anos em cinco”, expressando o objetivo de acelerar o desenvolvimento do país.

da floresta Amazônica, visto que a era do desenvolvimento ainda não acabou. Um exemplo diretamente relacionado a essa conjuntura é a atual agenda de desenvolvimento para a região, marcada por discursos de sustentabilidade, de transição energética, mas também de contradições como a possibilidade de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, mesmo sendo evidente a alta vulnerabilidade ambiental da região.¹¹

Ao revisitar criticamente os discursos e práticas relacionados à saúde, políticas e destruição que, historicamente, se entrelaçaram com a Amazônia no século XX, a obra de Andrade oferece contribuição valiosa para refletirmos sobre os limites e as ambivalências de “novos” projetos de desenvolvimento. O livro abre caminhos, portanto, para as reflexões acerca de qual Amazônia queremos ver ressurgir. E sobre “qual desenvolvimento”,¹² como sociedade, podemos almejar; questão fundamental em um país desigual como o Brasil.

Por fim, que possa ressurgir uma Amazônia que não seja pensada como território a ser integrado ou como fronteira de desenvolvimento, mas como um espaço denso de interdependência ecológica, sanitária, cultural e histórica. Que, no que se refere ao desenvolvimento, seja evitada a repetição de modelos exógenos, verticais e descontextualizados, e que, ao invés disso, sejam incorporados de forma efetiva os saberes tradicionais, os modos de vida e os direitos das populações para as quais esses projetos de desenvolvimento devem se voltar. Por fim, a obra conta uma riquíssima história que ocorreu com¹³ a floresta – e não apesar dela.

Referências bibliográficas

- ABRAM, D. *The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world*. New York: Vintage, 1997.
- ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.
- ANDRADE, R.P. *Amazônia na Era do Desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024.

- 11 Para mais informações sobre essa conjuntura, ver: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/ministra-afirma-que-decisao-sobre-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-rio-amazonas-vai-ser-tecnica>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- 12 Ao discutir o desenvolvimento brasileiro em perspectiva histórica, Ioris (2017) argumenta que diferentes concepções de desenvolvimento estavam em debate no país quando o Estado brasileiro – especialmente durante o governo Kubitschek – privilegiou uma abordagem que favorecia o crescimento econômico por meio da industrialização em detrimento de outros aspectos, como saúde, educação e acesso da população à moradia e à terra. O autor destacou, especificamente, como os metalúrgicos propuseram um caminho popular para o desenvolvimento. Outro exemplo pode ser observado em estudos anteriores, nos quais analisamos uma concepção de desenvolvimento elaborada na década de 1950 por segmentos do catolicismo brasileiro: o chamado “desenvolvimento integral”, que defendia que saúde, bem-estar físico e espiritual seriam elementos intrínsecos ao processo de desenvolvimento (Souza, 2022).
- 13 Aqui destacamos a perspectiva apresentada por Donna Haraway, que descreve as relações de interdependência e coevolução multiespécie (Haraway, 2021).

- CAMPOS, A.L.V. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Gobierno Bolivariano de Venezuela/Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.
- HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Tradução de Pê Moreira; posfácio e revisão técnica de Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- IORIS, R.R. *Qual desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista*. Jundiaí: Paco, 2017.
- SANTOS, B.S. *Epistemologias do Sul: justiça cognitiva e pluralidade epistêmica*. São Paulo: Cortez, 2019.
- SOUZA, R.P. *Fé, foice, facão e fuzil: Igreja católica, desenvolvimento e saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.